

PERFIL DE PROJETO (PP)

BRASIL PROFISCO – SERGIPE

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO FAZENDÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE (PROMOFAZ-SE) (BR- L1254)

EMPRÉSTIMO INDIVIDUAL DA LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL DO PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL (PROFISCO BR-X1005)

I. DADOS BÁSICOS

Título do projeto:	Projeto de Modernização Fazendária do Estado de Sergipe (PROMOFAZ)	
Número do projeto:	BR-L1254	
Equipe de projeto:	Marcio Cracel (Chefe de equipe, ICF/FMM), Patrícia Bakaj (Co-chefe de equipe, FMM/CBR); Cynthia Colaiacovo (Advogada, LEG/SGO); Fernando Glasman (Especialista fiduciário, CSC/CBR), Rodrigo Lenzi (Especialista análise de risco, CSC/CBR); Roberto Monteverde (Especialista aquisições, CSC/CBR); Eugenio Lira (Consultor, CSC/CBR); e Cristiane Vasconcelos (Assistente de projeto, ICF/FMM)	
Mutuário	Estado de Sergipe	
Organismo executor:	Governo do Estado de Sergipe, por meio da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe (SEFAZ/SE)	
Plano de financiamento:	BID: (CO)	US\$7,000 milhões
	Local	<u>US\$0,959 milhões</u>
	Total	US\$7,959 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	Nenhuma
	Categoria Ambiental Social:	“C”

II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

- 2.1 A presente operação faz parte da Linha de Crédito Condicional (CCLIP) PROFISCO (BR-X1005), aprovada pelo Diretório do Banco por meio da Resolução DE-132/08, datada em 5 de novembro de 2008.

A. Aspectos sócio-econômicos

- 2.2 O Estado de Sergipe é uma das 27 unidades federativas do Brasil, está localizado na região nordeste do país, ocupando uma área de 21.910,4 km², com uma população de aproximadamente 1,9 milhão de habitantes, sendo 72% localizada na área urbana e 28% na área rural. A economia do estado está baseada nas áreas de serviços (53%), indústria (31,4%), comércio (10,7%) e agropecuária (4,9%). Em 2006, o Estado contribuiu com 0,63% (R\$ 15,1 bilhões) para a totalização do PIB nacional.

B. A gestão fiscal do Estado de Sergipe: avanços e tarefas pendentes

- 2.3 O Estado de Sergipe vem cumprindo substancialmente com os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mantendo uma posição fiscal equilibrada, embora, a despesa com o pessoal do poder legislativo esteja superior ao limite de 3% estabelecido pela Lei. O Estado de Sergipe obteve liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que o permite receber recursos externos oriundos de convênios e operações de crédito. Todas as demais condições necessárias para a contratação de operações de crédito exigidas pela LRF estão sendo cumpridas.
- 2.4 Os resultados fiscais relativos aos anos de 2007 e 2008 estão apresentados no quadro 2.1 abaixo:

Quadro 2.1 Demonstrativo Fiscal do Estado de Sergipe

Especificação	Realizado 2007	Realizado 2008	Variação	
	R\$ milhões	R\$ milhões	Valor	%
	(a)	(b)	R\$ milhões	
I.Receita Não Financeira	3.655.518.995	4.462.555.070	807.036.075	22,08%
II.Despesa Não Financeira	3.213.537.905	4.053.643.964	840.106.059	26,14%
III.Resultado Primário (I-II)	441.981.089	408.911.106	(33.069.984)	-7,48
IV.Juros Nominais	90.430.116	78.842.590	(11.587.526)	-12,81%
V.Investimentos	135.254.923	241.969.424	106.714.501	78,90%
VI.Receita Corrente Líquida	3.102.888.852	3.799.764.115	696.875.264	22,46%
VII.Gasto de Pessoal (Cálculo LRF)	1.676.405.671	1.866.019.786	189.614.116	11,31%
VIII.Pessoal/RCL	54,03%	49,11%		-9,10%
IX.Dívida Consolidada	1.825.257.385	1.592.452.806	(232.804.579)	-12,75%
X.Dívida/RCL	58,82%	41,91%		-28,76%
Fonte: SEFAZ-SE/SUPERFIP/ Relatórios de Gestão Fiscal				

- 2.5 **Avanços alcançados.** No período de 1997 a 2008 foram observados avanços no âmbito da gestão fiscal, decorrentes de um amplo processo de desenvolvimento e fortalecimento institucional. Este processo foi parcialmente financiado com recursos do Banco, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE). As principais realizações ocorreram nas seguintes áreas:
- 2.6 **Organização e gestão estratégica:** (i) realização do exercício de planejamento estratégico dos períodos de 1999 a 2002, de 2004 a 2007 e de 2007 a 2010; e (ii) implantação do Sistema de Administração Interna da Fazenda (SAIF).
- 2.7 **Administração tributária e contencioso fiscal:** (i) implantação da etapa de recepção da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e do Cadastro Sincronizado (CSN); (ii) implantação do Sistema de Informação do Contribuinte (SIC), consolidando e gerenciando os dados cadastrais; (iii) revisão e consolidação da legislação do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS); (iv) implantação do Sistema de Arrecadação Estadual (SAE), para apoio à gestão do processo de arrecadação dos tributos estaduais; (v) criação e disponibilização via internet do Documento de Arrecadação Estadual (DAE); (vi) implantação do Sistema de Informação de Mercadoria em Trânsito (SIT); (vii) implantação do Sistema de Auditoria Fiscal (SAF); e (viii) implantação do Sistema de Acompanhamento dos Processos Administrativo-Fiscal e Judicial (SAP).

- 2.8 **Gestão de recursos estratégicos:** (i) elaboração do plano diretor de informática da SEFAZ; (ii) implantação do Sistema de Atendimento ao Contribuinte (SAC); (iii) disponibilização de diversos serviços ao contribuinte via internet; (iv) implantação de um sistema de Help-Desk; (v) atualização do parque tecnológico e interligação das diversas áreas de negócios, permitindo a utilização de tecnologia web; (vi) criação do Programa Permanente de Desenvolvimento do Servidor da Administração Fazendária (PDSF); e (vii) implantação do programa de educação fiscal de Sergipe.
- 2.9 **Desafios¹.** Apesar dos avanços alcançados, verifica-se, ainda, a necessidade de apoio em áreas específicas, em decorrência dos seguintes motivos: (i) ineficácia do planejamento estratégico acarretando o uso ineficiente dos recursos da SEFAZ, ocasionado principalmente pela baixa qualidade da informação de acompanhamento da gestão operacional para tomada de decisão; (ii) baixo aproveitamento do potencial de arrecadação do estado, decorrente da dificuldade de gerenciamento das atividades de fiscalização de trânsito de mercadorias e da carência de instrumentos de apoio às ações de inteligência fiscal; (iii) deficiência na gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do estado, tendo como principal causa a baixa integração das informações da execução orçamentária com as demais informações operacionais do estado; e (iv) deficiência no atendimento ao contribuinte do interior do estado e na gestão dos recursos humanos da SEFAZ.

C. Objetivo e resultados esperados

- 2.10 O objetivo geral deste projeto é apoiar o fortalecimento da gestão fiscal do Estado de Sergipe, visando: (i) melhorar os instrumentos de planejamento estratégico; (ii) combater a evasão fiscal; (iii) aumentar a efetividade e a qualidade da gestão financeira; e (iv) prover melhores serviços aos cidadãos. O projeto financiará ações estruturadas em 4 (quatro) componentes conforme segue:
- 2.11 **Componente I – Integração da gestão fazendária,** contemplando a implantação: (i) de um novo modelo² de planejamento e gestão estratégica; e (ii) de um programa de participação dos servidores nos fóruns nacionais integradores.
- 2.12 **Componente II – Administração tributária e contencioso fiscal,** contemplando a implantação de modelos de: (i) fiscalização de trânsito de mercadorias; e (ii) inteligência fiscal para seleção e auditoria de contribuintes.
- 2.13 **Componente III – Administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal,** incluindo a implantação de: (i) novo modelo de Gestão Pública integrando: o planejamento /preparação / execução do orçamento, a execução financeira, a contabilidade, a auditoria, a gestão de suprimentos e patrimônio; e (ii) modelo de tratamento das informações econômico-fiscais.

¹ O anexo Matriz de Problemas / Causas / Soluções / Resultados, detalha cada um dos quatro problemas apresentados nos desafios.

² A implantação de modelo contempla: diagnóstico da situação atual, alternativas de modelos de negócios e seus respectivos procedimentos, sistemas informatizados, atualização da infraestrutura física e tecnológica, bem como capacitação de servidores.

- 2.14 **Componente IV – Gestão de recursos corporativos**, propiciando: (i) o aperfeiçoamento do processo de atendimento aos cidadãos; e (ii) a implantação de um novo modelo de gestão de recursos humanos na SEFAZ.
- 2.15 **Resultados**³. Os resultados esperados mais relevantes como consequência da execução do projeto são: (i) 100% dos veículos com registro de passagem nos postos fiscais submetidos aos critérios de seleção estabelecidos no novo modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias; (ii) redução em 50% no tempo médio de permanência dos veículos nos postos fiscais; (iii) aumento de 1% da arrecadação do ICMS descontado o crescimento vegetativo; (iv) redução do tempo de fechamento mensal da execução orçamentária do estado; (v) redução de 15 para 7 dias no prazo médio de elaboração da proposta da lei orçamentária anual; (vi) aumento da utilização dos serviços disponibilizados via web pelos contribuintes do interior; e (vii) aumento do número de capacitações orientadas ao cumprimento dos objetivos estratégicos da SEFAZ.
- 2.16 Os impactos esperados decorrentes da execução do projeto são: (i) maior efetividade no combate à evasão fiscal, especialmente nas operações de circulação de mercadorias; (ii) melhoria do planejamento e execução orçamentária e financeira do estado; (iii) fortalecimento da relação entre o fisco e o contribuinte; (iv) melhoria da qualidade do processo decisório; e (v) melhoria do clima organizacional.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 A SEFAZ/SE conta com equipe de servidores do quadro permanente para a preparação e execução do projeto, com experiência adquirida na execução do PNAFE, que tem participado dos grupos temáticos que visam compartilhar soluções técnicas no âmbito da administração fazendária. A SEFAZ/SE está desenvolvendo as soluções para adoção do SPED, da Nota Fiscal Eletrônica e do Cadastro Sincronizado Nacional, com recursos próprios. Assim mesmo, com a finalidade de mitigar possíveis riscos, existe a necessidade de capacitação institucional, em temas relacionados às aquisições/contratações e gerenciamento de projetos.
- 3.2 A presente operação é continuação de importantes experiências desenvolvidas pelo Banco no apoio ao processo de modernização na área fiscal e financeira no Brasil: (i) Programa de Modernização da Receita Federal-1995; (ii) Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE-1996); (iii) Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM-1999); (iv) Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX-2005); (v) Programa Nacional de Apoio à Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE-2006); e (vi) Programas de Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados de São Paulo e Bahia (2003 e 2006).

³ O anexo Matriz de Problemas / Causas / Soluções / Resultados, apresenta uma lista das metas físicas e de resultados de cada um dos produtos de cada componente /subcomponente do Programa.

IV. SALVAGUARDAS

- 4.1 Em relação a questões ambientais, o projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios da “Política de Salvaguardas Ambientais do Banco (OP-703)” (ver anexos II–III). Por tratar-se de um projeto no qual suas ações são de natureza administrativa fiscal não haverá riscos de impactos ambientais negativos.

V. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 5.1 O Anexo IV apresenta o atual estágio de desenvolvimento do programa. O Anexo V detalha o cronograma de preparação, os recursos (US\$46,960) requeridos para financiar a realização das missões e estabelece as etapas para aprovação da Proposta de Desenvolvimento de Operação (POD) no mês de dezembro de 2009.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the PP or PCD (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	REFORM / MODERNIZATION OF THE STATE-FISCAL REFORM	
	Type of Operation	Conditional Credit Line for Investment Projects (CCLIP)	
	Additional Operation Details		
	Investment Checklist	Institutional Development Investment	
	Team Leader	Márcio Cracel (marcioc@iadb.org)	
	Project Title	PROFISCO- Sergipe	
	Project Number	BR-L1254	
	Safeguard Specialist(s)	MARCIOC	
	Assessment Date	2009-09-08	
	Additional Comments		
SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Type of Operation	Loan Operation / Project Using a CCLIP (Conditional Credit Line Investment Projects)	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	No issues identified	
	Potential Safeguard Policy Items(?)	No potential issues identified	
	Recommended Action:	Operation has not triggered any Policy Directives other than B13; please refer to B13 for guidance. No project classification required. Submit Report and PCD (or equivalent) to ESR. <small>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</small>	
	Additional Comments:		
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Márcio Cracel	
	Title:		
	Date:	2009-09-08	

ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDAS AMBIENTAL E SOCIAL

Em relação à questões de salvaguardas ambientais e sociais, o projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco (ver Anexo II), que é consistente com a avaliação da equipe de projeto por se tratar de operação de modernização institucional. Não se espera que o programa tenha impactos ambientais e sociais negativos, conseqüentemente, não se considera necessária a preparação de uma Estratégia Ambiental e Social (EAS) para o projeto.

ÍNDICE DOS TRABALHOS SETORIAIS CONCLUÍDOS E PENDENTES

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
	1. Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal.	Concluído	IDBDocs2222171
	2. Matriz de Problemas, Soluções e Resultados.	Concluído	IDBDocs2222173
	3. Relatório de Gestão Fiscal SEFAZ/PI 2008.	Concluído	IDBDocs2222177
	4. Carta-consulta Profisco	Concluído	IDBDocs2222181
	5. Plano Estratégico da SEFAZ/PI.	Concluído	IDBDocs2222213
	6. Programa de Ajuste Fiscal do Estado de Sergipe – STN Anexos I a V.	Concluído	IDBDocs2232871
	7. Relatório de Encerramento do PNAFE/PI (PCR).	Concluído	IDBDocs2222300
Análise de risco.	Aplicação da metodologia de análise de risco com participação dos órgãos envolvidos no Projeto.	Concluído	
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle.	Proposta de mecanismo de execução do projeto incluindo: (i) descrição da estrutura organizacional vinculada à execução do Projeto; (ii) atribuições e competências da unidade executora; (iii) mecanismos de execução descentralizada; (iv) gestão financeira e auditoria; (v) aspectos orçamentários; e (vi) apropriação institucional dos resultados do projeto.	1ª semana de dezembro de 2009	
Análise financeira do Projeto.	Quadros demonstrativos dos ganhos financeiros em produtos selecionados. Relatório da análise financeira do projeto.	1ª semana de dezembro de 2009	
Atores-chave e questões políticas.	Preparação de minutas de convênios para viabilizar a participação de atores-chave na execução do projeto (SEA, PGE, SPG).	1ª semana de dezembro de 2009	
Plano de Ações e Investimento (PAI) do Projeto.	Detalhamento das atividades e orçamento do Projeto.	1ª semana de dezembro de 2009	
Linha de base para o Marco de Resultados.	Será definida uma metodologia para a coleta de dados que permitirá a construção da linha de base e o monitoramento dos resultados prioritários.	1ª semana de dezembro de 2009	
Marco de Resultados do Projeto.	Detalhamento dos resultados esperados relativos à produtos selecionados.		